

Forças Armadas apóiam o presidente

por Márcio Chaer
de Brasília

Em nova intervenção na cena sucessória, os altos comandos militares das três Armas, lançaram, na sexta-feira, graves advertências com endereço claro. Eles demarcam os limites que desejam ver respeitados até 15 de janeiro próximo, quando se reúne o Colégio Eleitoral. Condenam a radicalização das esquerdas, a retórica dos comícios, a campanha de descrédito contra as autoridades civis e militares e advertem para os riscos de um retrocesso político. Por outro lado, unanimemente, reafirmaram sua equidistância em relação à política partidária.

Os oficiais-generais de quatro estrelas — treze do Exército, sete da Aeronáutica e sete da Marinha — “estão cientes de que um engajamento político compromete o futuro das instituições”, opinou o chefe de gabinete de um deles, que lembrou o profundo desgaste a que se submeteram os militares nos últimos anos.

Na cronologia recente dos fatos político-militares, os ministros da área reuniram-se no Palácio do Planalto logo após o comício de Goiânia, o presidente Figueiredo falou à Nação e, na mesma semana, pela primeira vez, os

ministérios militares anunciaram publicamente que reuniriam seus comandantes para discutir política. Obedecendo a uma pauta comum, os três altos comandos chegaram a conclusões semelhantes.

As notas emitidas pelo Exército e pela Aeronáutica diferem em apenas um de seus sete parágrafos. Repetem-se os tópicos do último discurso do presidente Figueiredo, condenando a radicalização política com o apoio das organizações clandestinas de esquerda, a ofensiva retórica que vem sendo adotada, os ataques às autoridades constituídas e a evidência dos riscos de um retrocesso. Finalizando, as notas reafirmam a disposição das duas corporações de permanecerem totalmente isentas “em relação às atividades político-partidárias”.

Na Marinha, onde o ministro Alfredo Karam, há poucos meses no cargo, ainda não consolidou sua liderança — a exemplo de seus colegas, há mais de cinco anos no cargo —, a nota foi menos contundente. Karam preferiu também promover a reunião do almirantado no Rio de Janeiro. Em dois parágrafos apenas, a nota da Força Naval omite as advertências do Exército e da Aeronáutica e reafirma sua fidelidade à Constituição e

ao presidente Figueiredo e se declara “afastada das atividades político-partidárias, em consonância com as demais Forças Armadas”.

Nas palavras de um oficial da Marinha, “advertência se faz antes que a desgraça ocorra”. Para esse militar, diante da perspectiva de uma escalada “de ataques de baixo padrão” e de desobediência à lei, “corta-se o mal pela raiz”. Na raiz desse mal, segundo uma fonte do gabinete do ministro Délio Jardim de Mattos, encontra-se a semente do revanchismo. Um governo de oposição, em princípio e principalmente para a comunidade de informações, significa a marginalização de todos os militares que se destacaram nos últimos anos. O candidato Paulo Maluf, nesse aspecto, representa um porto-seguro para a maioria dos militares em posto de comando.

O “teatro” que se armou em torno das reuniões de sexta-feira, segundo uma fonte credenciada do Quartel General do Exército, teve por objetivo desestimular a realização de comícios oposicionistas pelo Brasil. Neste sentido, as articulações militares estariam desencadeando uma “guerra psicológica”, onde as regras do jogo seriam preservar, mas sem as

“extrapolações” que poriam em risco as instituições nacionais.

Desinteressados em confrontos, oposicionistas e dissidentes do PDS receberam as conclusões militares com muita cautela. Todos os políticos ouvidos por este jornal ditaram cuidadosamente suas declarações, destacando seus aspectos positivos.

Para o frentista Humberto Souto (PDS-MG), a nota do Exército é “muito boa” e explicou por quê: “Ela reafirma os compromissos

com a lei, com o presidente no seu projeto político e manifesta sua isenção em relação às candidaturas — o que nos impede de imaginar qualquer interferência militar no processo político e na vida nacional. Caso contrário, seria o descumprimento da lei, a deslealdade ao presidente e a tendência por um candidato”. O dissidente afirmou estar de acordo com as advertências, uma vez que todos devem apoiar o cumprimento das leis.

No entender do tancredista Walber Guimarães (PMDB-PR), um dos candidatos da oposição à presidência da Câmara dos Deputados, “é normal o Alto Comando reunir-se para examinar a situação política às vésperas de um pleito” e garantiu que “o receio em torno de radicalizações é improcedente, pois o revanchismo não será admitido em nenhuma hipótese”.

O vice-líder do PMDB na Câmara, Hélio Manhães, constatou nos textos militares a repetição do discurso

do presidente Figueiredo, e contra-argumentou: “Não seria inteligente a oposição e a Frente Liberal desestabilizarem o processo sucessório quando, aos olhos de todo o País, a candidatura da Aliança é claramente majoritária”. O parlamentar manifestou também sua esperança de que “esses mesmos setores possam revelar suas preocupações com os desvios do candidato adversário, sobretudo em relação às denúncias de corrupção eleitoral”.

A exemplo de Tancredo Neves, o pedetista gaúcho Osvaldo Nascimento, admitiu que tem havido excessos e elogiou a nota do Exército — “ela é coerente — assume a vitória de Tancredo, mas pede moderação”. Já um dos mais intransigentes defensores da candidatura de Maluf, o deputado Amaral Netto, que mantém excelente trânsito na área militar, foi sucinto: “Não faço nenhum comentário”, repetiu ele a todos os jornalistas que o procuraram.